

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	583.793	75.531
Contas a receber de clientes e outros	6	1.554.337	1.280.687
Títulos e valores mobiliários	5	-	195.119
Instrumentos financeiros derivativos	12	379.508	248.803
Impostos e contribuições a recuperar	7	195.276	191.065
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	151.094	62.104
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	26	15.996	16.705
Serviços em curso		24.019	16.478
Outros ativos circulantes		110.408	74.682
Total do circulante		3.014.431	2.161.174
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	63.263	40.840
Títulos e valores mobiliários	5	2.963	16.275
Instrumentos financeiros derivativos	12	133.414	347.535
Impostos e contribuições a recuperar	7	125.060	73.980
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	8	42.822	25.517
Impostos e contribuições diferidos	9	302.804	285.848
Depósitos judiciais	16	410.881	410.042
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	26	14.709	15.562
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	10.1	4.057.274	3.143.698
Outros ativos não circulantes		6.654	6.818
Intangível	10.2	4.379.401	4.002.595
Total do não circulante		9.539.245	8.368.710
Ativo total		12.553.676	10.529.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	1.048.130	818.953
Empréstimos e financiamentos	12	1.825.154	1.356.575
Debêntures	12	7.695	11.246
Instrumentos financeiros derivativos	12	7.516	23.320
Salários e encargos a pagar	13	92.029	65.187
Encargos setoriais	14	134.859	91.785
Impostos e contribuições a recolher	15	175.993	172.685
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	225.882	118.455
Provisões	16	77.327	83.871
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	26	45.224	35.859
Outros passivos circulantes	17	287.515	254.026
Total do circulante		3.927.324	3.031.962
Não circulante			
Fornecedores	11	44.130	40.954
Empréstimos e financiamentos	12	2.853.558	2.984.763
Debêntures	12	664.575	641.482
Instrumentos financeiros derivativos	12	403	27.492
Encargos setoriais	14	30.917	20.115
Impostos e contribuições a recolher	15	5.360	5.892
Provisões	16	239.280	242.018
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	26	710.583	536.487
Recursos destinados a aumento de capital	18	850.000	-
Outros passivos não circulantes	17	61.858	43.011
Total do não circulante		5.460.664	4.542.214
Patrimônio líquido	19		
Capital social		1.299.048	709.872
Reservas de capital		357.621	698.050
Reservas de lucros		1.766.146	1.704.394
Outros resultados abrangentes		(257.127)	(156.608)
Total patrimônio líquido		3.165.688	2.955.708
Passivo e patrimônio líquido total		12.553.676	10.529.884

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2017	2016
			(Reclassificado)
Receita líquida	20	8.138.430	7.067.284
Custo do serviço		<u>(6.941.986)</u>	<u>(5.780.098)</u>
Custos com energia elétrica	21.1	(4.247.665)	(3.641.858)
Custos de operação	21.2	(1.297.361)	(1.150.125)
Custos de construção		<u>(1.396.960)</u>	<u>(988.115)</u>
Lucro bruto		1.196.444	1.287.186
Despesas com vendas	21.2	(253.982)	(324.611)
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	21.2	<u>(253.672)</u>	<u>(223.365)</u>
Lucro operacional		688.790	739.210
Resultado financeiro		<u>(476.692)</u>	<u>(466.727)</u>
Receitas financeiras	22	1.149.522	2.066.480
Despesas financeiras	22	<u>(1.626.214)</u>	<u>(2.533.207)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		212.098	272.483
Imposto de renda e contribuição social		<u>(35.054)</u>	<u>(12.806)</u>
Corrente		-	9.630
Diferido		<u>(35.054)</u>	<u>(22.436)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>177.044</u>	<u>259.677</u>
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária		0,8413	1,3359
Preferencial A		0,8413	1,3359
Preferencial B		0,9254	1,4694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	177.044	259.677
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e perdas atuariais	(152.300)	(89.706)
Tributos diferidos sobre ajustes atuariais	51.782	30.501
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(100.518)	(59.205)
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	76.526	200.472
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação do capital – R\$:		
Ordinária	0,3636	1,0328
Preferencial A	0,3636	1,0328
Preferencial B	0,4000	1,1361

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital				Reserva de Lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Reserva especial de ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar	Outras reservas de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2015	542.163	18.569	339.052	340.429	850.678	108.433	856.387	27.792	2.361	(97.403)	-	2.988.461
Aumento de capital	167.709	-	-	-	-	-	(167.709)	-	-	-	-	-
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	30.153	(27.792)	(2.361)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.205)	-	(59.205)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259.677	259.677
Destinações do lucro:												
Reserva de incentivo fiscal - Sudene	-	-	-	-	6.252	-	-	-	-	-	(6.252)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.574)	(216.574)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.651)	(16.651)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	20.200	-	-	-	(20.200)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	709.872	18.569	339.052	340.429	856.930	108.433	739.031	-	-	(156.608)	-	2.955.708
Aumento de capital	589.176	-	-	(340.429)	-	-	-	-	-	-	-	248.747
Reclassificação entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.519)	-	(100.519)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177.044	177.044
Destinações do lucro:												
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	61.754	-	-	-	(61.754)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(115.292)	(115.292)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.299.048	18.569	339.052	-	856.930	108.433	800.785	-	-	(257.127)	-	3.165.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro do exercício antes dos impostos	Nota 212.098	272.483
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	(*) 399.203	351.211
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(157.836)	(139.188)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias, cambiais, derivativos e outras receitas e despesas financeiras	397.376	418.024
Valor de reposição estimado da concessão	(152.139)	(145.730)
Perda/ (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis	54.740	45.874
Provisão contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	69.740	71.998
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	74.168	92.250
Atualização monetária dos planos de benefício pós-emprego	62.622	40.911
Atualização das provisões para contingências	41.723	55.987
Atualização de títulos e valores mobiliários	(380)	(44.440)
Outras atualizações de receitas e despesas	(4.095)	(17.558)
	997.220	1.001.822
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(370.241)	(95.665)
IR e CSLL a recuperar	13.605	4.641
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(59.593)	(44.385)
Depósitos judiciais	8.180	(39.172)
Despesas pagas antecipadamente	(24.267)	12.168
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	51.541	229.631
Benefício pós emprego e outros benefícios	8.201	1.268
Outros ativos	(103.885)	(18.158)
	(476.459)	50.328
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	232.353	(236.572)
Salários e encargos a pagar	26.842	(9.560)
Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(388.984)	(455.747)
Encargos setoriais	48.951	(18.881)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos	(9.303)	(33.718)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	2.776	7.000
Indenizações e contingências pagas	(120.745)	(83.871)
Benefício pós-emprego e outros benefícios	(38.099)	(19.824)
Outros passivos	52.109	13.559
	(194.100)	(837.614)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	326.661	214.536
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(1.793.701)	(1.186.295)
Resgate/(aplicação) em títulos e valores mobiliários	208.811	757.000
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.584.890)	(429.295)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	248.744	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	850.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	1.640.082	442.154
Captação de debentures	-	650.000
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.317.884)	(912.508)
Amortização do principal de debentures	(396)	(8.176)
Pagamentos de custos de captação	(15.377)	(501)
Obrigações vinculadas	369.185	181.530
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(7.863)	(123.314)
GERAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.766.491	229.185
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	508.262	14.426
Caixa e equivalentes no início do exercício	75.531	61.105
Caixa e equivalentes no final do exercício	583.793	75.531
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	508.262	14.426

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		(Reclassificado)
Vendas brutas de energia, serviços e outros	11.764.954	10.493.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74.167)	(92.250)
	11.690.787	10.400.769
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(*) (4.310.081)	(3.610.786)
Encargos de uso da rede básica	(*) (355.449)	(404.227)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*) (2.298.687)	(1.886.398)
	(6.964.217)	(5.941.411)
Valor adicionado bruto	4.726.570	4.499.358
Amortização	(*) (399.203)	(351.212)
Valor adicionado líquido	4.327.367	4.148.146
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	(*) 1.156.063	2.075.030
Valor adicionado total a distribuir	5.483.430	6.223.176
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	205.634	181.395
Encargos sociais (exceto INSS)	41.035	40.222
Benefícios pós-emprego	(38.743)	(42.130)
Auxílio alimentação	24.927	24.380
Previdência privada e outros benefícios	26.234	26.771
Despesas com desligamento	8.955	12.401
Provisão para férias e 13º salário	48.435	42.398
Plano de saúde	71.405	54.025
Participação no resultado	49.406	22.798
Administradores	8.842	7.100
Encerramento de ordem em curso	1.608	2.324
(-) Transferência para ordens	(60.902)	(56.446)
Outros	4.014	3.753
Subtotal	390.850	318.991
Impostos, Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	48.119	45.923
ICMS	1.938.479	1.853.033
PIS/COFINS sobre faturamento	523.763	500.228
Imposto de renda e contribuição social	35.054	12.806
Obrigações intra-setoriais	721.997	677.106
Outros	14.883	13.963
Subtotal	3.282.295	3.103.059
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	1.626.214	2.533.207
Aluguéis	(*) 7.027	8.242
Subtotal	1.633.241	2.541.449
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio	115.290	216.574
Dividendos distribuídos	-	16.651
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	-	6.252
Retenção de lucros	61.754	20.200
Subtotal	177.044	259.677
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	5.483.430	6.223.176

* Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, com sede no subdistrito Naranhíba em Salvador – Bahia, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010 com vencimento em 2027.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros (“IFRS” – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 16 de fevereiro de 2018.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 24;
- (ii) os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo, vide nota explicativa 24;
- (iii) o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado vide nota explicativa 26.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados, vide nota explicativa 20;
- (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, vide nota explicativa 6;
- (iii) reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados, vide nota explicativa 9;
- (iv) critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão; e cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor, vide nota explicativa 10;

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- (v) A análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 6;
- (vi) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 24;
- (vii) reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões, vide nota explicativa 26;
- (viii) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, vide nota explicativa 16; e
- (ix) reconhecimento dos valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, vide nota explicativa 8.

2.5. Reclassificações de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações do resultado e do valor adicionado, originalmente publicadas em 25 de julho de 2017.

Para fins de comparabilidade as mudanças efetuadas estão apresentadas a seguir:

2.5.1 Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2016.

	01/01/2016 a 31/12/2016	Reclassificações	01/01/2016 a 31/12/2016
	(Apresentado)		(Reclassificado)
Receita líquida	7.067.284	-	7.067.284
Custo do serviço	(a) (5.708.660)	(71.438)	(5.780.098)
Despesa com vendas	(324.611)	-	(324.611)
Despesas gerais e administrativas	(a) (294.803)	71.438	(223.365)
Resultado financeiro	(466.727)	-	(466.727)
Imposto de renda e contribuição social	(12.806)	-	(12.806)
Lucro líquido do exercício	259.677	-	259.677

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

2.5.2 Demonstração do valor adicionado findo em 31 de dezembro de 2016.

		31/12/2016	Reclassificações	31/12/2016
	Ref	(Apresentado)		(Reclassificado)
Valor adicionado líquido	(b) / (c)	4.162.856	(14.710)	4.148.146
Valor adicionado recebido em transferência		2.075.030	-	2.075.030
Valor adicionado total a distribuir		6.237.886	(14.710)	6.223.176
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	(b) / (c)	333.701	(14.710)	318.991
Impostos, taxas e contribuições		3.103.059	-	3.103.059
Remuneração de capitais de terceiros		2.541.449	-	2.541.449
Remuneração de capitais próprios		259.677	-	259.677
Valor adicionado distribuído		6.237.886	(14.710)	6.223.176

- (a) Reclassificação da receita de multa por inadimplência do consumidor, no montante de R\$ 71.438, de custo do serviço para outras receitas/despesas gerais e administrativas.
- (b) Reclassificação de estagiário/bolsista de material, serviços terceiros e outros para pessoal no montante de R\$ 3.643 conforme despacho de encerramento ANEEL 4.356/2017.
- (c) Reclassificação de indenização trabalhista pessoal próprio de pessoal para material, serviços terceiro e outros no montante de R\$ 18.353.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, o lucro líquido do exercício, e a demonstração de fluxo de caixa. Referem-se apenas a uma reclassificação contábil para melhor apresentação de suas Demonstrações.

2.6. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: após mensuração inicial, estes ativos são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a compensar da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

Mensuração

Após reconhecimento inicial os empréstimos e financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de hedge, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de hedge.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de hedge (hedge accounting). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

b) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

i. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A PCLD dos consumidores é constituída considerando os parâmetros recomendados pela ANEEL, com base nos valores a receber da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público, vencidos há mais de 360 dias, além da experiência em relação ao histórico das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

c) Contrato de concessão

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica detido pela Companhia está enquadrado nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata da contabilidade de concessões e dos investimentos em infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final da concessão.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

O ativo financeiro da concessão é remunerado ao seu valor justo mais custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, incluído na tarifa e reconhecido no resultado mediante faturamento aos consumidores. A realização do WACC, sobre a totalidade da infraestrutura ocorre através do faturamento das contas de energia elétrica.

Adicionalmente, para estimar o valor da indenização ao final da concessão, o valor residual do ativo financeiro é atualizado a valor justo utilizando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida a cada revisão tarifária. As variações anuais dessa atualização a valor justo nos anos em que não há revisão tarifária é capturada através da aplicação ao ativo financeiro da variação do IPCA, mesmo índice utilizado pelo regulador para atualização da BRR nas revisões tarifárias anuais, considerado pela Companhia como a melhor estimativa dessa variação, cuja contrapartida é registrada no resultado operacional do exercício.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

e) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidencia objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não constatou evidências que possam indicar deterioração, em função disso não houve necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Valores a compensar/(repassar) da parcela A

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados (Parcela A e outros itens financeiros) que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Esses valores serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

g) Subvenções governamentais

São reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “Outras Receitas” em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

h) Ativo Intangível

O ativo intangível é composto pelos ativos de distribuição avaliados ao custo de aquisição, incluindo custos de empréstimos capitalizados e deduzido de obrigações especiais e amortização acumulada. A amortização é calculada de forma não linear, pelo prazo esperado de retorno via tarifa (prazo de vencimento do contrato).

As obrigações especiais representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, desde o segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

i) Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

A avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos é calculada pelo método do crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado). Quando a obrigação do plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Benefícios pós-emprego e outros benefícios, no passivo circulante e não circulante.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do Imposto de Renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE. O incentivo fiscal SUDENE, com validade até 2023, provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

k) Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

O faturamento e respectivo reconhecimento da receita dos serviços de distribuição de energia elétrica é efetuado de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

m) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento, e juros pagos como fluxo de caixa das atividades operacionais.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

o) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.6).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

p) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

3.1. IFRS 9 Financial Instruments (CPC 48 Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9/CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de ativos/passivos financeiros e de perdas esperadas para ativos financeiros e contratuais, além de novos requisitos sobre a contabilização de hedge. Esta norma substitui o IAS 39/CPC 38 Instrumentos Financeiro – Reconhecimento e Mensuração.

- **Classificação - Ativos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- **Redução no valor recuperável (impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais**

A IFRS 9/CPC 48, substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39/CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- i. Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- ii. Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9/CPC 48. Com base na metodologia de impairment descrita abaixo, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de impairment da IFRS 9/CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

Em R\$ mil	Impairment estimado em 01/01/2018
Títulos e valores mobiliários	21
Contas a receber de clientes e outras contas a receber, incluindo ativos contratuais, em 31 de dezembro de 2017	9.000
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	9.021

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As perdas adicionais por redução ao valor recuperável representam o ajuste estimado ao patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2018.

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos cinco anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

• Passivos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- i. o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- ii. o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos para mitigação do risco cambial. Para atendimento dos requerimentos da contabilidade de hedge, as variações atribuíveis às alterações no risco de crédito continuarão sendo contabilizadas no resultado.

• Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial da IFRS 9/CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge da IAS 39/CPC 38 em vez dos novos requerimentos da IFRS 9/ CPC 48. A Companhia optou por aplicar os novos requerimentos da IFRS 9/CPC 48.

A IFRS 9/CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9/CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia utiliza derivativos para mitigar o risco cambial e de taxa de juros em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e indexados ao IPCA, respectivamente.

Os tipos de relações de contabilidade de hedge que a Companhia atualmente designa atendem aos requerimentos da IFRS 9/CPC 48 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade. A Companhia concluiu que não haverá impactos significativos.

- **Divulgações**

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

- **Transição**

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- i. A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- ii. As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - (a) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - (b) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros.

3.2 IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- **Fornecimento de energia**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia fornecida é faturada, mediante a multiplicação do consumo medido pela tarifa vigente. Além do consumo de energia medido na data de leitura, entre a data dessa medição e o encerramento do mês, a Companhia reconhece a receita não faturada através de estimativa, que é contabilizada em subcontas contábeis apropriadas de fornecimento, suprimento e encargos de distribuição e transmissão não faturados.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Desse modo, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deverão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 5.665.

A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. Desse modo, as penalidades que representam ressarcimento aos clientes deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto foi estimado em R\$ 38.427 .

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- **Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. O contrato é formalizado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que efetua o cálculo das sobras de energia adquirida (quantidade comprada x quantidade distribuída) e compara o saldo de energia com a necessidade do sistema elétrico, vendendo a quantidade de energia necessária para suprir o sistema, cuja contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Dentro do sistema elétrico, o ONS vai direcionar essa energia adquirida para qualquer outro agente que esteja precisando.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida.

- **Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle da energia vendida.

- **Receita de construção da infraestrutura da concessão**

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

O desempenho por parte da Companhia melhora o ativo de concessão e não cria um ativo com uso alternativo para a Companhia, que possui direito executável (enforcement) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente, tendo em vista que o contrato de concessão prevê o direito a indenização em casos de extinção da concessão, retomada do serviço pelo poder concedente, caducidade e em casos de inadimplência. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo.

- **Outras receitas**

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica ou receitas de atividades acessórias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica são receitas não tarifárias provenientes de serviços relacionados ao fornecimento de energia elétrica, como as receitas provenientes de serviços cobráveis. Já as atividades acessórias podem ser próprias e complementares. As atividades acessórias próprias são aquelas que se caracterizam como atividade regulada, prestada somente pela distribuidora e sujeita fiscalização, tais como: arrecadação de convênios, compartilhamento de infraestrutura, serviços de avaliação técnica e aferição de medidores, entre outras. A receita de prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado e é regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

• Transição

A Companhia planeja adotar a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do IFRS 15/CPC 47 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

3.3 IFRS 16 Leases (arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de imóveis não residenciais para a instalação de agências e centros de distribuição.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 12.

- ***Transição***

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- i. Abordagem retrospectiva; ou
- ii. Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Companhia está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

3.4 Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- I. Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- II. Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- III. Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- IV. Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- V. ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- VI. IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Assuntos regulatórios

Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com finalidade de repassar ao consumidor os custos adicionais de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico.

Atualmente existem quatro faixas de bandeiras: vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$50/MWh, amarela, com acréscimo de R\$10/MWh e verde, sem acréscimo.

Nos doze meses de 2017 e 2016, vigorou as bandeiras tarifárias seguintes:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Cor da Bandeira	
	2017	2016
jan	Verde	Vermelha Patamar 2
fev	Verde	Vermelha Patamar 1
mar	Amarela	Amarela
abr	Vermelha Patamar 1	Verde
mai	Vermelha Patamar 1	Verde
jun	Verde	Verde
jul	Amarela	Verde
ago	Vermelha Patamar 1	Verde
set	Amarela	Verde
out	Vermelha Patamar 2	Verde
nov	Vermelha Patamar 2	Amarela
dez	Vermelha Patamar 1	Verde

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 318.970 (R\$ 168.930 em 31 de dezembro de 2016) de bandeira tarifária, sendo que deste montante, R\$ 106.231 foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT (R\$ 20.792 em 31 de dezembro de 2016), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004 se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

O Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017 determinou uma redução de lastro para fins de cobertura de consumo das distribuidoras, de 95% para 90%, referente às cotas de garantia física de energia, das usinas hidrelétricas com concessões prorrogadas ou licitadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de setembro de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar a sobrecontratação.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

As distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidro energéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 2.004/15, a ANEEL homologou para a Companhia um incremento na tarifa equivalente a R\$ 32.191 por mês, que está sendo repassado à CCEE desde abril de 2015 até março de 2021, sendo atualizado periodicamente.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.231, que homologou para a companhia a atualização do valor de incremento na tarifa para R\$ 24.720 por mês, no período de abril de 2017 a março de 2018, e R\$ 32.191 no período de abril de 2018 a março de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 319.059 (R\$ 381.010, em 2016).

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2017

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.222 de 18 de abril de 2017, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 6,59%, dos quais 2,47% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,12% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 3,00%, sendo de 3,50%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 2,77%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As novas tarifas entraram em vigor a partir de 22 de abril de 2017 com vigência até 21 de abril de 2018.

Reajuste Extraordinário – Angra III

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2017 aprovou em processo extraordinário de ajuste nas tarifas das distribuidoras e, republicou as Tarifas de Energia (TE) e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD), com vigência a partir de 01 de abril de 2017.

Como consequência, foi excluída da cobertura tarifária aplicada no último processo tarifário relativos ao Encargo de Energia de Reserva – EER, os valores associados à receita fixa da Usina de Angra III, ocorrendo desconto das tarifas de energia, aplicada aos clientes cativos em R\$ -66,52/MWh, sendo o efeito tarifário a ser percebido pelos consumidores residenciais em - 15,46%.

Os efeitos da aplicação do redutor de Angra III foram contabilizados em contrapartida à CVA (Conta de Compensação de Valores da Parcela A) do ESS/ERR, uma vez que, tratou-se de uma antecipação de repasse de passivo já contabilizado na respectiva CVA e que seriam, normalmente, tratados no processo tarifário de abr/17. O valor revertido para o consumidor apurado foi de R\$ 87.016.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	(a)		
Caixa e depósitos bancários à vista		64.553	52.199
Certificado de Depósito Bancário (CDB)		183	23.332
Fundos de investimentos		519.057	-
Total de caixa e equivalentes de caixa		583.793	75.531
Títulos e valores mobiliários	(b)		
Certificado de depósito bancário (CDB)		2.963	3.986
Fundos de investimentos		-	207.408
Total de títulos e valores mobiliários		2.963	211.394
Circulante		-	195.119
Não circulante		2.963	16.275

- a) Em 31 de dezembro de 2017, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Carteira (Caixa e Equivalente de Caixa)	2017
BB Polo 28 FI Renda Fixa	
BB TOP Curto Prazo	217.083
Compromissadas com lastro de títulos públicos	145
	217.228
Bradesco FI RF Referenciado DI Recife	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	769
	769
Itaú Salvador Renda Fixa Curto Prazo FI	
Itaú Curto Prazo	300.174
	300.174
Santander Natal Renda Fixa Curto Prazo DE FI	
Compromissadas com lastro de títulos públicos	886
	886
Total CEC – Fundos Exclusivos	519.057

b) A carteira de aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2016, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo.

Carteira (Títulos e Valores Mobiliários)	2016
BB TOP RF moderado FI RF LP	19.790
BB TOP RF conservador FI RF longo prazo	65.799
CDBs	6.030
LF	11.187
Debêntures	238
DPGE	3.399
Outros	205
BB Polo 28 FI Renda Fixa	106.648
SPECIAL RF referenciado DI FI	29.010
Itaú HIGH GRADE RF crédito privado FI	16.700
Itaú VERSO a renda fixa referenciado DI LP FI	55.041
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	100.751
Santander FI PROFIT renda fixa referenciado DI	7
Santander FI títulos públicos renda fixa referenciado DI	2
Santander FIC FI Natal Renda Fixa Referenciado DI	9
Total TVM	207.408

A partir de Setembro de 2017, a estratégia adotada pela companhia foi aplicar seus recursos financeiros em cotas de fundos de investimento e ativos que tenham o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e classificados como caixa e equivalentes de caixa.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes e outros

		2017	2016
Consumidores	(a)	1.466.702	1.396.704
Terceiros		1.466.635	1.396.509
Partes relacionadas		67	195
Comercialização de energia na CCEE	(b)	231.316	83.425
Disponibilização sistema de distribuição		49.438	34.384
Terceiros		48.886	33.688
Partes relacionadas		552	696
Serviços prestados a terceiros		14.170	13.800
Serviços taxados e administrativos		9.166	8.338
Subvenções/Subsídios governamentais	(c)	119.123	131.938
Outros créditos de terceiros		54.848	36.082
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(327.163)	(383.144)
Total		1.617.600	1.321.527
Circulante		1.554.337	1.280.687
Não circulante		63.263	40.840

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	2017	2016	2017	2016
Setor privado							
Residencial	208.690	198.349	177.298	584.336	589.301	(172.061)	(231.084)
Industrial	77.476	12.871	25.553	115.900	113.956	(18.672)	(16.644)
Comercial	172.311	48.125	63.755	284.191	251.059	(54.152)	(53.036)
Rural	44.053	23.168	35.832	103.053	91.000	(24.878)	(22.867)
	502.530	282.513	302.438	1.087.480	1.045.316	(269.763)	(323.631)
Setor público							
Federal	6.725	3.117	868	10.710	7.857	(843)	(895)
Estadual	12.264	2.552	1.249	16.065	17.341	(612)	(697)
Municipal	18.313	7.054	15.281	40.649	26.623	(13.476)	(1.788)
	37.302	12.723	17.398	67.424	51.821	(14.931)	(3.380)
Iluminação pública	21.838	3.253	14.930	40.021	48.876	(3.750)	(3.172)
Serviço público	30.850	12.476	17.686	61.012	54.342	(5.397)	(4.792)
Fornecimento não faturado	210.765	-	-	210.765	196.349	-	-
Total	803.285	310.965	352.452	1.466.702	1.396.704	(293.841)	(334.975)
Circulante				1.446.325	1.377.342	(293.841)	(334.975)
Não circulante				20.377	19.362	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos, com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Do total a receber junto a CCEE, no montante de R\$ 17.093 (R\$ 14.829 em 2016), compreendem as operações realizadas no período de racionamento de energia elétrica, de setembro de 2000 a dezembro de 2002, vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Em 31 de dezembro de 2017, A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos e em recentes negociações para liquidação do saldo devedor, reavaliou sua estimativa quanto ao risco de não recebimento do crédito em atraso e reverteu a provisão para créditos de liquidação duvidosa anteriormente constituída.

(c) Subvenções

(c.1) Baixa Renda – Tarifa Social:

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 45.803 e refere-se aos meses de novembro e dezembro de 2017 (R\$ 43.722 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) CDE:

Em 18 de abril de 2017, foi emitida a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.222/2017 aprovando o valor mensal de R\$ 38.959 a ser repassado pela Eletrobrás durante o período de abril de 2017 a março de 2018.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 73.320 (R\$ 88.216 em 31 de dezembro de 2016) e corresponde às quotas dos meses de novembro e dezembro.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa “PCLD”

	Consumidores	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
SalDOS em 01 de janeiro de 2016	(296.714)	(14.829)	(33.771)	(345.314)
Adições	(175.321)	-	(6.914)	(182.235)
Reversões	82.640	-	7.345	89.985
Baixa para perdas (incobráveis)	54.420	-	-	54.420
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	(334.975)	(14.829)	(33.340)	(383.144)
Adições	(173.174)	-	(1.776)	(174.950)
Reversões	84.160	14.829	1.794	100.783
Baixa para perdas (incobráveis)	130.148	-	-	130.148
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	(293.841)	-	(33.322)	(327.163)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

		2017	2016
Imposto de renda - IR	(a)	52.037	48.327
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	11.253	19.265
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	200.470	127.213
Programa de integração social - PIS	(c)	9.115	11.774
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	44.110	54.409
Instituto nacional de seguridade social - INSS		938	1.644
Recuperação fiscal - REFIS		2.413	2.413
Total		320.336	265.045
Circulante		195.276	191.065
Não Circulante		125.060	73.980

- (a) Correspondem aos valores de saldos negativos de IRPJ e CSLL dos exercícios corrente e anteriores, composto por antecipações, retenções de instituições financeiras, órgãos públicos e prestadores de serviços, atualizados pela taxa SELIC.
- (b) Do montante total de ICMS a recuperar, R\$ 186.502 (R\$ 117.492 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional.
- (c) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo, no montante de R\$ 53.225 (R\$ 66.183 em 31 de dezembro de 2016).

		2017						
		Circulante			Não Circulante			Total Líquido
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	
CVA								
Energia	(c)	671.302	-	671.302	216.705	-	216.705	888.007
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(a)	-	(243.781)	(243.781)	-	(66.092)	(66.092)	(309.873)
TUST		25.401	-	25.401	8.327	-	8.327	33.728
Neutralidade dos encargos setoriais		21.914	(12.502)	9.412	7.305	(96)	7.209	16.621
Outras CVA's		-	(54.884)	(54.884)	-	(17.845)	(17.845)	(72.729)
Outros Itens Financeiros								
Revisão Tarifária		5.548	(4.884)	664	-	-	-	664
Repasse de Sobrecontratação	(b)	12.390	(173.504)	(161.114)	-	(57.835)	(57.835)	(218.949)
Risco Hidrológico	(d)	-	(114.614)	(114.614)	-	(38.205)	(38.205)	(152.819)
Efeito das Recontabilizações		18.122	-	18.122	-	-	-	18.122
Outros itens financeiros		2.000	(1.414)	586	400	(9.842)	(9.442)	(8.856)
		756.677	(605.583)	151.094	232.737	(189.915)	42.822	193.916

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

		2016					
		Circulante			Não Circulante		
		Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)	Ativo	Passivo (-)	Total Ativo/ (Passivo)
							Total Líquido
CVA							
Energia	(c)	165.854	-	165.854	15.094	-	15.094
Encargo de Serviço Sistema – ESS	(a)	15.093	(73.090)	(57.997)	-	(24.363)	(24.363)
TUST		1.360	(208)	1.152	-	(69)	(69)
Neutralidade dos encargos setoriais		-	(20.488)	(20.488)	-	(4.777)	(4.777)
Outras CVA's		26.018	(15.870)	10.148	15.851	(288)	15.563
Outros Itens Financeiros							
Energia Eletronuclear		88	-	88	-	-	-
Reversão RTE	(e)	649	(13.788)	(13.139)	-	-	-
Revisão Tarifária		-	(20.398)	(20.398)	-	-	-
Repasse de Sobrecontratação	(b)	71.537	(80.475)	(8.938)	23.846	-	23.846
Efeito das Recontabilizações		8.591	-	8.591	-	-	-
Outros itens financeiros		1.322	(4.091)	(2.769)	230	(7)	223
		290.512	(228.408)	62.104	55.021	(29.504)	25.517
							87.621

(a) Encargo de Serviço Sistema – ESS

A Companhia apurou a CVA de ESS/EER, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um passivo no valor total atualizado de R\$ 309.873, decorrente dos custos incorridos realizar abaixo à cobertura tarifária ANEEL, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

(b) Repasse de Sobrecontratação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu um ajuste financeiro passivo atualizado de sobrecontratação no valor de R\$ 230.982, relativo à compra de energia decorrente das exposições, recontabilizações e liquidação de sobras no mercado de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantém um componente financeiro de sobrecontratação passivo total atualizado de R\$ 218.949 que contempla além da constituição do repasse do exercício corrente, o repasse da sobrecontratação do exercício 2016, reconhecido no reajuste tarifário de 2017 em fase de amortização, e o repasse da sobrecontratação de 2017 a ser reconhecida no reajuste de 2018.

(c) Energia

A Companhia apurou a CVA de Energia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e reconheceu um ativo no valor total atualizado de R\$ 888.007, decorrente dos custos incorridos realizar acima à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para os eventos financeiros de contabilização da CCEE, e da amortização dos saldos homologados nos processos de reajuste tarifário.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(d) Passivo Risco Hidrológico

Em 31 de dezembro de 2017 a companhia mantém um componente financeiro de Risco Hidrológico passivo total atualizado de R\$ 152.819 , referente a constituição da devolução da previsão de cobertura dos riscos hidrológicos, homologado pela ANEEL no processo de reajuste tarifário em 2017, em conformidade com as regras estabelecidas pela REN 796/2017, em resultado à Audiência Pública 004/2017.

(e) Reversão RTE 2015

No reajuste de 2016, a ANEEL reconheceu, de forma destacada, como componente financeiro, os efeitos da cobertura proporcionada pela RTE - Revisão Tarifária Extraordinária 2015, homologada pela Resolução Homologatória nº 1.858/15, relativos à CDE e Compra de Energia, os quais estavam sendo contabilizados anteriormente nas respectivas CVA CDE e CVA Compra de Energia.

No processo de reajuste tarifário anual da Companhia foi considerado um passivo de R\$ 44.503, devidamente atualizado pela SELIC, referente à receita faturada para o período de 2 de março a 21 de abril de 2015, o qual foi deduzido do saldo das respectivas CVAs.

A movimentação dos saldos de valores a compensar (repassar) da parcela A e outros itens financeiros está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Saldos iniciais	87.621	178.064
Constituição	159.071	116.950
Amortização	(51.541)	(229.632)
Remuneração financeira setorial	(1.235)	22.239
Saldos finais	193.916	87.621

9. Impostos e contribuições correntes e diferidos

		2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	(a) /(b)	194.090	161.771
Diferido ativo		515.155	379.327
Diferido passivo		(321.065)	(217.556)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(c)	108.714	124.077
Total		302.804	285.848
Ativo		302.804	285.848

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou o IRPJ e a CSLL diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 25% e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Ativo			
	2017		2016	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	69.089	17.272	25.385	6.346
Diferenças temporárias	501.802	125.451	450.335	112.584
	570.891	142.723	475.720	118.930
Contribuição Social				
Base negativa	68.940	6.205	25.230	2.271
Diferenças temporárias	501.802	45.162	450.775	40.570
Total	570.742	51.367	476.005	42.841
		194.090		161.771

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Ativo	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70.028	70.028	54.913	54.913
Provisão para passivo atuarial	751.901	751.901	567.195	567.195
Provisão contingências	299.129	299.129	308.410	308.410
Receita de ultrapassagem	189.811	189.811	152.299	152.299
Outros	204.332	204.183	120.752	120.396
Total Ativo	1.515.201	1.515.052	1.203.569	1.203.213
Passivo (-)				
Valor justo do ativo indenizável	(772.255)	(772.255)	(619.714)	(619.073)
Capitalização/ (amortização) de juros de acordo	(150.376)	(150.376)	(85.638)	(85.638)
Outros	(21.679)	(21.679)	(22.497)	(22.497)
Total Passivo	(944.310)	(944.310)	(727.849)	(727.208)
Total Líquido	570.891	570.742	475.720	476.005

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração em 05 de dezembro de 2017 e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia em 24 de novembro de 2017, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

A expectativa de realização de tributos diferidos ativos está demonstrada a seguir:

2018	2019	Total
114.513	79.577	194.090

(b) Imposto de renda e contribuição social corrente

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	212.098	212.098	272.483	272.483
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(15.365)	(15.365)	(16.019)	(16.019)
Juros Sobre Capital Próprio	(115.290)	(115.290)	(216.574)	(216.574)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.443	81.443	39.890	39.890
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	20.361	7.330	9.973	3.590
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo:				
Diferenças Permanentes	(5.849)	(2.153)	(13.975)	(2.801)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	14.512	5.177	(4.002)	789

	2017		2016	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Corrente	-	-	(8.709)	(921)
Recolhidos e Pagos	3.999	5.304	21.411	12.307
Compensados e deduzidos	46.331	2.937	7.524	3.045
Impostos antecipados a recuperar	(50.330)	(8.241)	(37.644)	(16.273)
Diferido	14.512	5.177	4.707	1.710
Imposto de renda e contribuição social exercício	14.512	5.177	(4.002)	789

	2017	2016
Corrente	-	(9.630)
Diferido	19.689	6.417
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	15.365	16.019
Imposto de renda e contribuição social exercício	35.054	12.806

(c) Benefício Fiscal – mais valia incorporado

O benefício fiscal apurado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre mais valia de aquisição incorporada.

Os registros contábeis apresentam contas específicas relacionadas com a mais valia incorporada, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal, correspondentes.

Benefício fiscal	383.135
Amortização acumulada	(761.931)
Reversão acumulada	502.873
Saldos em 31 de dezembro de 2016	124.077
Amortização	(45.191)
Reversão	29.828
Saldos em 31 de dezembro de 2017	108.714

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

O ágio fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, conforme curva abaixo:

Ano	Fatores	Ano	Fatores	Ano	Fatores
2018	0,03790	2021	0,03280	2024	0,02820
2019	0,03680	2022	0,03130	2025	0,02680
2020	0,03480	2023	0,02970	2026	0,02540

10. Concessão de serviço público

10.1. Ativo financeiro

O cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR), aplicado sobre o saldo residual dos ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR) ao final do prazo contratual da concessão.

Dessa forma, o ativo financeiro da concessão é composto pelo valor residual dos ativos da BRR do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, devidamente movimentado por adições, baixas, transferências, depreciações e atualizações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável da Concessão está assim apresentada:

	2017	2016
Saldos iniciais em 01 de janeiro	3.143.698	2.544.115
Baixas	(7.332)	(2.956)
Reversão	30.437	-
Transferências (a)	738.332	456.809
Atualização valor reposição	152.139	145.730
Saldos finais em 31 de dezembro	4.057.274	3.143.698

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

10.2. Intangível

Em 2017, foi incorporado ao ativo intangível, a título de custos de empréstimos capitalizados, o montante de R\$ 82.622 (R\$ 79.103 em 2016) tendo sido a taxa média mensal de capitalização de 0,97%.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável.

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização(%)	2017				2016
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	3,78	9.626.944	(4.865.279)	(1.537.305)	3.224.360	3.033.968
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.407.654	-	(252.613)	1.155.041	968.627
Total		11.034.598	(4.865.279)	(1.789.918)	4.379.401	4.002.595

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor Líquido	
SalDOS em 01 de janeiro de 2016	8.490.089	(4.081.344)	(1.493.343)	2.915.402	1.208.643	(379.047)	829.596	3.744.998
Adições	-	-	-	-	1.265.398	(181.530)	1.083.868	1.083.868
Baixas	(77.944)	58.182	-	(19.762)	(23.156)	-	(23.156)	(42.918)
Amortizações	-	(463.267)	112.236	(351.031)	-	-	-	(351.031)
Transferências - Intangíveis	610.584	-	(121.422)	489.162	(610.584)	121.422	(489.162)	-
Transferências - Ativos financeiros	6	-	-	6	(619.822)	163.007	(456.815)	(456.809)
Transferências - Outros	-	191	-	191	52.642	(28.346)	24.296	24.487
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	9.022.735	(4.486.238)	(1.502.529)	3.033.968	1.273.121	(304.494)	968.627	4.002.595
Adições	-	-	-	-	1.876.323	(399.622)	1.476.701	1.476.701
Baixas	(181.632)	143.113	-	(38.519)	(8.890)	-	(8.890)	(47.409)
Amortizações	-	(522.154)	123.114	(399.040)	-	-	-	(399.040)
Transferências - Intangíveis	790.400	-	(176.467)	613.933	(790.400)	176.467	(613.933)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	(4.559)	-	-	(4.559)	(1.010.084)	276.311	(733.773)	(738.332)
Transferências - Outros (b)	-	-	18.577	18.577	67.584	(1.275)	66.309	84.886
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	9.626.944	(4.865.279)	(1.537.305)	3.224.360	1.407.654	(252.613)	1.155.041	4.379.401

(a) Transferência do intangível em curso para o ativo financeiro em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no exercício.

(b) Referem-se às transferências entre obras, estoques e desativações em curso.

11. Fornecedores

	2017	2016
Energia elétrica	681.973	491.118
Terceiros	619.745	409.621
Partes relacionadas	62.228	81.497
Encargos de uso da rede	64.362	40.258
Terceiros	61.780	37.483
Partes relacionadas	2.582	2.775
Materiais e serviços	301.795	287.576
Terceiros	300.672	286.207
Partes relacionadas	1.123	1.369
Energia livre	44.130	40.955
Total	1.092.260	859.907
Circulante	1.048.130	818.953
Não circulante	44.130	40.954

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

12. Empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos

Empréstimos e Financiamentos	2017			2016
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Moeda nacional				
BANCO DO BRASIL	458.993	-	458.993	401.994
BNB	35.804	-	35.804	83.367
BNDES	955.027	-	955.027	1.120.053
CEF	65.036	-	65.036	72.398
ELETROBRÁS	37.145	-	37.145	82.762
FINEP	9.264	-	9.264	25.708
(-) Custos de transação	(6.864)	-	(6.864)	(8.512)
(-) Depósitos em garantia	(34.140)	-	(34.140)	(31.345)
Total Moeda Nacional	1.520.265	-	1.520.265	1.746.425
<i>Moeda Nacional - Circulante</i>	287.805	-	287.805	402.403
<i>Moeda Nacional - Não Circulante</i>	1.232.460	-	1.232.460	1.344.022
Moeda estrangeira				
BANCO ABC	-	-	-	20.022
BANCO TOKIO	61.911	(22.887)	39.024	104.454
BANK OF AMERICA	367.720	(109.735)	257.985	440.328
BNP PARIBAS	384.417	(71.948)	312.469	240.845
ITAÚ	404.159	(4.107)	400.052	319.434
JP MORGAN	167.680	(26.221)	141.459	58.352
MIZUHO	230.515	-	230.515	132.729
TÍTULOS EXTERNOS	332.131	(65.882)	266.249	399.976
CITIBANK	514.266	(111.082)	403.184	328.404
BEI	550.093	-	550.093	-
GOLDMAN SACHS	-	(65.236)	(65.236)	-
VOTORANTIM	-	(5.389)	(5.389)	-
SUMITOMO	85.480	(6.022)	79.458	-
ICBC	60.075	-	60.075	-
Total Moeda Estrangeira	3.158.447	(488.509)	2.669.938	2.044.544
<i>Moeda Estrangeira - Circulante</i>	1.537.349	(372.113)	1.165.236	727.882
<i>Moeda Estrangeira - Não Circulante</i>	1.621.098	(116.396)	1.504.702	1.316.662
Total Empréstimos e Financiamentos	4.678.712	(488.509)	4.190.203	3.790.969

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2017			2016
	Dívida	Instrumentos Financeiros Derivativos	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos				
Empréstimos e Finan. - Circulante	1.825.154	(372.113)	1.453.041	1.130.285
Empréstimos e Finan- Não Circulante	2.853.558	(116.396)	2.737.162	2.660.684
Debêntures				
Coelba	677.118	(16.494)	660.624	664.841
(-) Custos de transação	(4.848)	-	(4.848)	(7.270)
Total Debêntures	672.270	(16.494)	655.776	657.571
Debêntures - Circulante	7.695	121	7.816	12.053
Debêntures - Não Circulante	664.575	(16.615)	647.960	645.518
Endividamento Total	5.350.982	(505.003)	4.845.979	4.448.540
Endividamento Total - Circulante	1.832.849	(371.992)	1.460.857	1.142.338
Endividamento Total - Não Circulante	3.518.133	(133.011)	3.385.122	3.306.202

Conciliação de passivos resultantes das atividades de financiamentos

	Fluxo de caixa					2016	Fluxo de caixa			Alterações em não caixa	2017
	2015	Adições	Baixas	Outros	Alterações em não caixa		Adições	Baixas	Outros		
Empréstimos e Financiamentos	5.186.562	442.154	(912.508)	(501)	(374.369)	4.341.338	1.640.082	(1.317.884)	(15.377)	30.553	4.678.712
Debêntures	-	650.000	(8.176)	-	10.904	652.728	-	(396)	-	19.938	672.270
Obrigações vinculadas	-	181.530	-	-	-	181.530	369.185	-	-	-	550.715

12.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos e financiamentos e dos seus respectivos instrumentos financeiros derivativos é a seguinte:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Passivo Não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2016	869.532	1.438.274	32.112	1.875.877	4.215.795
Ingressos	180.320	124.334	37.500	100.000	442.154
Encargos	172.047	-	59.799	-	231.846
Variação monetária e cambial	3.425	30.123	(19.151)	(478.039)	(463.642)
Swap	-	-	(53.758)	749.011	695.253
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	(1.051)	(1.051)
Transferências	261.410	(261.410)	929.136	(929.136)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(1.087.817)	(2.989)	(257.756)	-	(1.348.562)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	15.690	-	-	15.690
(-) Custos de transação	3.486	-	-	-	3.486
Saldos em 31 de dezembro de 2016	402.403	1.344.022	727.882	1.316.662	3.790.969
Ingressos	92.748	168.075	50.000	1.329.259	1.640.082
Encargos	123.649	-	81.850	-	205.499
Variação monetária e cambial	5.268	22.948	75.663	38.807	142.686
Swap	-	-	51.436	(10.119)	41.317
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(205)	(886)	(1.091)
Transferências	329.785	(329.785)	1.169.021	(1.169.021)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(637.724)	(4.146)	(1.001.246)	-	(1.643.116)
(-) Mov. depósitos em garantia	(34.140)	31.346	-	-	(2.794)
(-) Custos de transação	5.816	-	10.835	-	16.651
Saldos em 31 de dezembro de 2017	287.805	1.232.460	1.165.236	1.504.702	4.190.203

A seguir apresentamos as captações efetuadas no exercício:

Financiadores	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado (R\$)
Banco do Brasil	2017	13,72% a.a.	40.942
BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. - TJLP + 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	39.500
Banco ABC	2017	USD + 3,65% a.a. + 0,17% a.a.	50.000
BEI	2029	USD + 3,1282% a.a.	265.897
Mizuho	2020	USD + LIBOR 3M + 1,40%a.a.	95.052
JP Morgan	2020	USD + 3,7667%a.a.	82.750
Banco do Brasil	2019	9,5%a.a.	100.000
BEI	2029	USD + LIBOR 6M + 0,829%a.a.	214.695
Banco do Brasil	2017	13,73% a.a.	41.129
Bank of América	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.907
Citibank	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.907
BNP Paribas	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.908
Sumitomo	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	78.908
ICBC	2020	USD Libor 3M + 1,80% a.a.	55.235
BNDES	2023	TJLP + 1,59% a.a. - TJLP + 2,09% a.a. / SELIC + 2,09% a.a.	39.252
Itaú	2020	USD + 3,6635%a.a.	300.000
Total			1.640.082

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2017			2016		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2018	-	-	-	1.528.981	(2.701)	1.526.280
2019	497.717	(1.630)	496.087	310.467	(1.240)	309.227
2020	1.345.293	(1.630)	1.343.663	403.938	(1.236)	402.702
2021	357.807	(1.630)	356.177	261.727	(651)	261.076
2022	170.111	(479)	169.632	106.826	(52)	106.774
Após 2022	393.563	(263)	393.300	87.298	(53)	87.245
Total obrigações	2.764.491	(5.632)	2.758.859	2.699.237	(5.933)	2.693.304
(-) Depósitos em garantia			-			(31.345)
Marcação a mercado			(21.697)			(1.275)
Total			2.737.162			2.660.684

Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia ou nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A., com parâmetros pré-estabelecidos, sendo os principais listados abaixo:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 1,5 ou 2.

Em 31 de dezembro de 2017 os índices financeiros requeridos foram atendidos.

Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora Neoenergia S.A. foram aditados para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação, à exceção dos contratos com os Bancos JP Morgan, Banco do Brasil e Itaú, em que a Companhia obteve waivers (autorizações) destes credores para: a) adotar na apuração da alavancagem os resultados dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação ou b) isentar a Companhia dos limites máximos de alavancagem por um período de 12 meses a partir da data da Incorporação, até que o efeito desproporcional provocado pela consolidação integral da dívida da empresa incorporada e consolidação gradual dos resultados seja eliminado.

Adicionalmente, o contrato firmado junto ao BNDES prevê que no caso de não cumprimento dos índices financeiros, a Companhia deve constituir garantias reais de 130% do saldo devedor, no prazo de 30 dias da notificação do banco. As garantias adicionais serão constituídas conforme previsto em contrato. Vale ressaltar que o descumprimento do índice financeiro não enseja o vencimento antecipado.

Além dos índices financeiros listados acima, a Companhia possui uma restrição com a Eletrobrás para captação de novas dívidas, caso o indicador Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3. Em 31 de dezembro 2017 a Companhia superou este limite e solicitou anuência para as captações realizadas no período.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

12.2. Debêntures

A mutação das debêntures e dos seus respectivos instrumentos financeiros vinculados é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	-	-	-
Ingressos	-	650.000	650.000
Encargos	33.723	-	33.723
Variação monetária e cambial	-	253	253
Swap	807	(253)	554
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	4	4
Transferências	(3.670)	3.670	-
Amortizações e pagamentos de juros	(19.712)	(8.157)	(27.869)
(-) Custos de transação	906	-	906
Saldos em 31 de dezembro de 2016	12.054	645.517	657.571
Encargos	71.455	-	71.455
Variação monetária e cambial	52	2.855	2.907
Swap	3.475	(2.855)	620
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(70)	(70)
Transferências	(2.909)	2.909	-
Amortização e pagamentos de juros	(79.129)	(396)	(79.525)
(-) Custos de transação	2.818	-	2.818
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.816	647.960	655.776

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2017			2016		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2019	550.000	(344)	549.656	550.000	(1.311)	548.689
2021	100.000	(1.631)	98.369	100.000	(3.175)	96.825
Total obrigações	650.000	(1.975)	648.025	650.000	(4.486)	645.514
Marcação a mercado			(65)			4
Total			647.960			645.518

As debêntures são garantidas por aval da controladora Neoenergia S.A.

Condições restritivas financeiras (covenants)

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora Neoenergia S.A, listados abaixo.

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Os contratos que preveem apuração de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidada da controladora Neoenergia S.A. foram aditados ou obtiveram anuência prévia para prever no cálculo a inclusão do resultado dos últimos 12 meses das companhias que passaram a ser controladas em virtude do processo de incorporação. Em 31 de dezembro de 2017 os índices financeiros requeridos foram atendidos.

13. Salários e encargos a pagar

	2017	2016
Salários	15.071	4.061
Encargos sociais	12.247	12.337
Provisões de férias e 13º	28.965	25.281
Encargos sobre provisões de férias e 13º	4.482	3.948
Provisão para participação nos lucros e resultados	31.062	19.410
Outros	202	150
Total	92.029	65.187

14. Encargos setoriais

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia de aplicar 1% da receita operacional líquida regulatória em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A partir de 03 de maio de 2016, por meio da lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao Programa de Eficiência Energética será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel).

A atualização das parcelas referentes a PEE e P&D é efetuada mensalmente pela taxa de juros da SELIC.

		2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(a)	42.346	49.705
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(b)	1.981	1.648
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(b)	990	822
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	43.491	39.760
Programa de Eficientização Energética – PEE	(b)	26.003	12.229
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		784	743
Outros CCRBT	(c)	50.181	6.993
Total		165.776	111.900
Circulante		134.859	91.785
Não circulante		30.917	20.115

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto refere-se às quotas mensais definitivas de CDE - Uso no valor de R\$ 9.825 para o período de junho a dezembro de 2017, conforme Resolução nº 2.204 de 03/2017; CDE-ENERGIA no valor de R\$ 7.800 conforme Resolução nº 2.202 de 02/2017 e CDE-CONTA ACR no valor de R\$ 24.721 conforme Resolução nº 2.231 de 04/2017.

(b) Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de re-investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas, líquido dos valores aplicados nos respectivos programas. Mensalmente o P&D e PEE são atualizados com base na Taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(c) Encargos Setoriais - Outros CCRBT

Valor estimado de repasse, referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias que serão revertidos à Conta Centralizadora, criada pelo Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015. Essa estimativa leva em consideração, também, o montante referente ao efeito da aplicação das bandeiras tarifárias no cálculo da provisão da receita não faturada, quando aplicável.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	91.446	58.832
Programa de integração social - PIS	12.386	16.895
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	57.399	77.967
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4.826	4.600
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1.591	1.470
Imposto sobre serviços – ISS	434	1.505
Impostos e contribuições retidos na fonte	11.894	13.992
Outros	1.377	3.316
Total	181.353	178.577
Circulante	175.993	172.685
Não Circulante	5.360	5.892

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

16. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas operações.

Para constituição das provisões, a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016	152.101	107.050	18.216	4.408	281.775
Adição	32.516	63.682	1.295	-	97.493
Reversão	(18.373)	(6.827)	(295)	-	(25.495)
Pagamento/Indenizações	(22.117)	(61.669)	(86)	-	(83.872)
Atualização	21.453	32.592	1.216	727	55.988
Saldos em 31 de dezembro de 2016	165.580	134.828	20.346	5.135	325.889
Adição	25.170	90.052	311	-	115.533
Reversão	(21.576)	(21.302)	(2.915)	-	(45.793)
Pagamento/Indenizações	(19.897)	(103.673)	2.825	-	(120.745)
Atualização	22.485	17.401	1.307	531	41.724
Saldos em 31 de dezembro de 2017	171.762	117.306	21.874	5.666	316.607
Circulante	19.897	57.340	90	-	77.327
Não circulante	151.865	59.966	21.784	5.666	239.280

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo os pedidos de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo o pedido de parcelas indenizatórias e outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 604.785 (R\$ 614.916 em 31 de dezembro de 2016) em processos trabalhistas com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, acidentes, danos materiais e/ou danos morais, entre outros. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 700.431 (R\$ 1.062.180 em 31 de dezembro de 2016) em ações cíveis de naturezas diversas com expectativa de perda possível.

Em 2017, em decorrência do plano de redução da base de processos da Companhia com foco na análise de ações passíveis de acordo, houve um aumento do número de pagamentos, o que resultou em significativo acréscimo no valor das indenizações pagas.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, IRRF, CSLL, IPTU, PIS/COFINS, entre outros.

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 1.254.282 (R\$ 1.233.140 em 31 de dezembro de 2016) em ações tributárias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos os autos de infração motivados por:

(i) falta de retenção do imposto de renda incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 132.768 (R\$133.713 em 31 de dezembro de 2016); e

(ii) não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 715.976 (R\$ 641.174 em 31 de dezembro de 2016).

Os consultores jurídicos da Companhia entendem que tanto o fundamento de existência do ágio quanto seu uso para fins de benefício são lícitos e gozam de legitimidade jurídica. Embora os últimos julgamentos na Câmara Superior de Recursos Fiscais tenham alterado o entendimento até então, passando a não reconhecer o ágio decorrente de privatização, os nossos consultores legais mantêm a análise e entendimento quanto à higidez da operação e benefício fiscal, uma vez que a discussão ainda será remetida ao Poder Judiciário, a quem caberá a decisão final sobre o tema.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Regulatórias

Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado R\$ 182.360 (R\$ 98.612 em 31 de dezembro de 2016) em ações regulatórias de naturezas diversas com expectativa de perda possível. Neste montante, destacamos o processo nº 0030544-34.2013.4.01.3400, que versa sobre anulação da Resolução Normativa da ANEEL nº 387 de 15/12/2009 e do despacho SFF/ANEEL nº 2.517 de 26/08/2010 que trata sobre procedimento de coleta dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, realização das suas compensações financeiras e recuperação dos indicadores globais, com valor estimado de R\$ 41.875 (R\$ 37.876 em 31 de dezembro de 2016). Ressaltamos ainda o processo nº 0067683-83.2014.4.01.3400, que questiona a legalidade dos atos administrativos da ANEEL consubstanciados no Auto de Infração 118/2012-SFE/ANEEL, com valor estimado em R\$ 27.931.

Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2017	2016
Trabalhistas	237.021	210.700
Cíveis	85.213	106.391
Fiscais	77.202	82.408
Outros	11.445	10.543
Total	410.881	410.042

17. Outros passivos

		2017	2016
Consumidores	(a)	75.012	65.776
Contribuição serviço de iluminação pública – COSIP	(b)	7.339	12.680
Caução em garantia	(c)	234.919	176.916
Adiantamentos recebidos	(d)	9.847	11.973
Outras		22.256	29.692
		349.373	297.037
Circulante		287.515	254.026
Não circulante		61.858	43.011

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de devolução de universalização, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) COSIP – Corresponde a valores arrecadados de iluminação pública, a serem repassados às Prefeituras.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

- (c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos de fornecedores, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (d) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros.

18. Recurso destinado a aumento de capital

A Companhia celebrou um aditamento ao contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, junto a sua Controladora Neoenergia S.A, no valor total de R\$ 850.000.

A formalização do aporte do valor do AFAC, caracterizando o aumento da participação da NEOENERGIA no capital social da COELBA, deverá ser realizado no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato em 29 de setembro de 2017, ou no primeiro ato societário da COELBA a contar da referida data, o que ocorrer primeiro.

19. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço passou de R\$ 709.872 para R\$ 1.299.048.

Em 22 de fevereiro de 2017, a Reunião do Conselho de Administração da Companhia aprovou e em 11 de abril de 2017 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ratificou, o aumento do capital social, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 340.429, dentro do limite do capital social autorizado através da capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal, constituída até dezembro de 2007, para eliminação do excesso das reservas de lucros em relação ao capital social em atendimento ao artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.

Em 04 de setembro de 2017, a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social, com emissão de novas ações, no montante de R\$ 248.744.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	2016						Total	
	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A .	103.720	391.269	18.258	68.875	59.315	223.758	181.293	683.902
Previ	3.318	12.516	994	3.751	-	-	4.312	16.267
Outros	2.267	8.551	305	1.152	-	-	2.572	9.703
Total	109.305	412.336	19.557	73.778	59.315	223.758	188.177	709.872

* Lote de mil ações.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

2017							Total	
Acionistas/ Qtde Ações vs R\$	Ordinárias *	R\$	Pref. A *	R\$	Pref. B *	R\$	Total	R\$
Neoenergia S.A .	112.461	716.102	19.796	126.055	64.314	409.524	196.571	1.251.681
Previ	3.597	22.904	1.078	6.865	-	-	4.675	29.769
Outros	2.440	15.533	324	2.065	-	-	2.764	17.598
Total	118.498	754.539	21.198	134.985	64.314	409.524	204.010	1.299.048

* Lote de mil ações.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	177.044	259.677
Média ponderada das ações emitidas	195.678	188.177
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,90	1,38

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Reserva no montante de R\$ 339.052 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2017, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 44.083 e a disponível para capitalização é de R\$ 230.338 (R\$ 214.973 em 31 de dezembro de 2016).

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.

A Companhia não apurou incentivo fiscal SUDENE no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir desde 2008 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c) Reserva de Retenção de Lucro

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Será proposto ao Conselho de Administração da Companhia a aprovação da distribuição da reserva constituída de acordo com o artigo 196 da Lei das S.A no montante de R\$ 61.754, bem como ratificar o saldo da reserva de lucro R\$ 800.785 para utilização como orçamento de capital nos próximos exercícios.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembleia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos propostos e juros sobre capital próprio da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação		
			ON	PNA	PNB
2017					
RCA de 30 de junho de 2017	JSCP	115.290	0,5939456	0,5939456	0,6533401
		115.290			
2016					
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	Dividendos	16.650	0,0857767	0,0857767	0,0943543
RCA de 15 de dezembro 2016 retificada pela RCA de 12 de janeiro 2017	JSCP	99.962	0,5149830	0,5149830	0,5664814
RCA de 01 de agosto 2016	JSCP	116.613	0,6007597	0,6007597	0,6608357
AGE de 25 de abril 2016	JSCP	6.635	0,0341833	0,0341833	0,0376016
		239.860			

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais classe "B" terão direito ao recebimento de dividendos no mínimo 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	177.044	259.677
Incentivo fiscal SUDENE	-	(6.252)
Amortização do ágio incorporado	45.191	47.111
Reversão da provisão para manutenção do patrimônio líquido	(29.828)	(31.093)
Benefício fiscal da amortização do ágio incorporado	(15.363)	(16.018)
Base de cálculo do dividendo	177.044	297.803
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (*)	44.261	74.451

Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos:

Dividendos intermediários	-	16.651
Juros sobre capital próprio	115.290	216.574
Total Bruto	115.290	233.225
Imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio 15% (**).	(168)	(355)

(*) Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi calculado levando-se em consideração o resultado do exercício, antes de qualquer reapresentação.

(**) Na parcela de acionistas imunes não ocorre a incidência de imposto de renda.

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar é como segue:

	2017	2016
Saldos iniciais em 01 de janeiro	118.455	8.543
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados	115.290	233.225
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	(168)	(354)
Pagos no exercício	(7.805)	(122.959)
Prescritos	110	-
Saldos finais em 31 de dezembro	225.882	118.455

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Outros Resultados Abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos e passivos atuariais de benefício pós-emprego, líquidas dos efeitos tributários.

20. Receita líquida

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções é como segue:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

		2017	2016
Fornecimento de energia	(a)	4.871.196	4.764.081
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	503.158	179.913
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	4.641.914	4.421.378
Valores a compensar/(repassar) da parcela A e outros itens financeiros	(d)	107.529	(112.682)
Receita de construção da infraestrutura da concessão		1.396.960	988.115
Outras receitas	(e)	244.197	252.214
Total receita bruta		11.764.954	10.493.019
(-) Deduções da receita bruta	(f)	(3.626.524)	(3.425.735)
Total receita operacional líquida		8.138.430	7.067.284

(a) Fornecimento de energia

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Consumidores:				
Residencial	6.828.436	6.874.543	4.196.961	3.944.583
Industrial	1.687.980	2.463.359	803.505	1.011.105
Comercial	3.233.978	3.402.330	2.073.650	2.043.760
Rural	1.996.763	1.928.263	575.030	521.065
Poder público	701.776	712.594	381.435	360.870
Iluminação pública	1.078.897	1.012.924	296.807	257.388
Serviço público	719.741	940.240	221.161	264.200
Consumo próprio	16.410	16.331	-	-
Fornecimento não faturado			999	(21.005)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)		(4.322.559)	(4.218.188)
			4.226.989	4.163.778
Subvenção à tarifa social baixa renda			644.207	600.303
Total	16.263.980	17.350.584	4.871.196	4.764.081

(*) Informações não auditadas.

- (1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "TUSD média" calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receita de Uso - Consumidor livre	319.355	203.190
Receita de Uso - Consumidor Cativo*	4.322.559	4.218.188
	4.641.914	4.421.378

(*) Vide comentários nota (a), acima.

(d) Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos

	2017	2016
CVA		
Energia	690.375	(170.271)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	(215.273)	(65.870)
TUST	33.300	-
Neutralidade dos encargos setoriais	42.154	(6.357)
Outras CVA's	(101.673)	(63.639)
Outros Itens Financeiros		
Energia Eletronuclear	-	(4.873)
Exposição Financeira	-	(16.428)
Reversão RTE	-	(7.428)
Revisão Tarifária	21.398	12.947
Sobrecontratação	(179.579)	203.564
Risco Hidrológico	(149.227)	-
Efeito das recontabilizações	(40.701)	-
Outros itens financeiros	6.755	5.673
Total	107.529	(112.682)

(e) Outras Receitas

	2017	2016
Renda da prestação de serviços	15.674	34.604
Arrendamentos e aluguéis	38.588	34.080
Serviço taxado	14.831	13.621
Valor de reposição estimado da concessão (*)	152.139	145.730
Comissão serviços de terceiros	18.860	18.855
Outras receitas	4.105	5.324
	244.197	252.214

(*) Conforme mencionado na nota 10, a Companhia atualiza o ativo financeiro indenizável da concessão com base no mesmo índice de atualização da BRR (IPCA).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(f) Deduções da Receita Bruta

	2017	2016
Impostos e contribuições		
ICMS	(1.938.479)	(1.853.033)
PIS	(170.925)	(158.273)
COFINS	(787.350)	(728.940)
ISS	(7.774)	(8.382)
Encargos Setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	(525.683)	(593.605)
Programa de Eficientização Energética – PEE	(33.032)	(29.650)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	(13.369)	(11.846)
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	(6.685)	(5.923)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(13.213)	(11.845)
Encargos do Consumidor – PROINFA	(15.200)	(13.978)
Encargos do Consumidor – CCRBT	(105.095)	(1.539)
Taxa de Fiscalização Serviço Energia Elétrica–TFSEE	(9.719)	(8.721)
Total	(3.626.524)	(3.425.735)

(*) Vide nota 14 (a).

21. Custo e despesas operacionais do serviço

21.1. Custo de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2017	2016	2017	2016
Energia comprada para revenda				
Ambiente de Contratação Regulado – ACR (Leilões)	11.260.540	9.493.688	(1.620.370)	(1.380.893)
Contratos bilaterais	2.659.096	4.046.731	(597.554)	(860.552)
Contratos por cotas de garantia física	6.367.433	7.548.338	(398.385)	(471.464)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	654.523	656.316	(146.927)	(131.944)
Mercado de Curto Prazo	33.281	92.235	(125.180)	(17.662)
PROINFA	413.489	410.330	(122.337)	(124.303)
Ressarcimento de energia			38.186	11.511
(-) Créditos de PIS e COFINS			378.248	351.755
Encargos de Energia de Reserva – EER			-	(49.712)
Custos Variáveis do MCP			(1.337.515)	(585.766)
	21.388.362	22.247.638	(3.931.834)	(3.259.030)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição				
Encargos de rede básica			(418.552)	(210.515)
Encargos de conexão			(31.725)	(27.829)
Encargo de uso do sistema de distribuição			(5.342)	(5.014)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS			(66.632)	(160.869)
Encargos de Energia de Reserva - EER			166.802	-
(-) Créditos de PIS e COFINS			39.618	21.399
			(315.831)	(382.828)
			(4.247.665)	(3.641.858)

(*) Informações não auditadas.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

21.2. Custo de operação e outras receitas/despesas operacionais

Custo / Receitas / Despesas	Ref	2017			2016	
		Custos dos serviços	Despesas com vendas	Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(a)	(264.965)	(82.759)	(120.181)	(467.905)	(398.735)
Administradores		-	-	(9.807)	(9.807)	(8.309)
Benefício pós emprego		-	-	38.743	38.743	42.130
Material		(31.236)	(1.859)	(2.593)	(35.688)	(44.198)
Serviços de terceiros		(522.663)	(89.690)	(119.109)	(731.462)	(704.310)
Amortização	(b)	(359.379)	-	(28.676)	(388.055)	(342.558)
Arrendamentos e aluguéis		(1.447)	(235)	(4.826)	(6.508)	(7.655)
Tributos		(864)	(145)	(6.100)	(7.109)	(5.581)
Provisões líquidas - PCLD		-	55.980	-	55.980	(37.830)
Perdas contas a receber		-	(130.148)	-	(130.148)	(54.420)
Provisões líquidas - contingências		-	-	(69.571)	(69.571)	(71.074)
Outras receitas/despesas	(c)	(116.807)	(5.126)	68.448	(53.485)	(65.561)
Total custos / receitas / despesas		(1.297.361)	(253.982)	(253.672)	(1.805.015)	(1.698.101)

(a) Custo e despesa de pessoal

	2017	2016
		(Reclassificado)
Remunerações	(209.646)	(185.146)
Encargos sociais	(88.189)	(84.939)
Auxílio alimentação	(24.927)	(24.380)
Previdência privada e outros benefícios	(26.234)	(26.770)
Rescisões	(8.955)	(12.401)
Férias e 13º salário	(48.435)	(42.398)
Plano de saúde	(71.405)	(54.025)
Participação nos lucros e resultados	(49.406)	(22.798)
Encerramento de ordem em curso	(1.610)	(2.324)
(-) Transferências para ordens	60.902	56.446
	(467.905)	(398.735)

(b) Amortização

	2017	2016
Quota de amortização no exercício	(399.040)	(351.031)
Cota bens de renda	(163)	(181)
(-) Crédito PIS/COFINS	11.148	8.654
	(388.055)	(342.558)

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

(c) Outras receitas e despesas

	2017	2016
		(Reclassificado)
Seguros	(3.847)	(3.164)
Doações e contribuições	(1.135)	(1.236)
Recuperação de despesa	10.287	9.341
Órgãos de classe do setor elétrico	(3.654)	(3.236)
Despesas de viagem	(12.749)	(9.651)
Consumo próprio de energia elétrica	(10.031)	(9.666)
Propaganda e publicidade	(2.548)	(4.821)
Alimentação	(1.222)	(1.005)
Multas regulatórias	(36.366)	(51.670)
Encerramento de ordem	(590)	(216)
Multa contratual do consumidor	71.981	64.830
Violação de prazo	(2.061)	(1.749)
Perdas / alienação / cancelamento / desativação	(55.101)	(46.975)
Indenização danos elétricos	(4.803)	(3.662)
Outros	(1.646)	(2.681)
Total	(53.485)	(65.561)

22. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	38.174	49.988
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	48.594	42.012
Variações monetárias e cambiais – Dívida	634.103	1.269.857
Variações monetárias e cambiais – Outras	5.884	24.577
Instrumentos financeiros derivativos	409.395	633.008
Atualização depósitos judiciais	9.019	23.283
Atualização do ativo financeiro setorial	-	22.239
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(6.541)	(8.550)
Outras receitas financeiras	10.894	10.066
	1.149.522	2.066.480
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívida	(224.006)	(202.648)
Variações monetárias e cambiais – Dívida	(778.582)	(805.526)
Variações monetárias e cambiais – Outras	(27.232)	(46.889)
Instrumentos financeiros derivativos	(451.330)	(1.328.815)
Benefícios Pós-Emprego e outros benefícios	(65.526)	(58.417)
IOF	(8.837)	(7.550)
Encargos P&D/PEE	(4.925)	(5.725)
Atualização do passivo financeiro setorial	(1.236)	-
Atualização contingências	(41.723)	(55.988)
Outras despesas financeiras	(22.817)	(21.649)
	(1.626.214)	(2.533.207)
Resultado financeiro líquido	(476.692)	(466.727)

23. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

COLIGADAS	Ref	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
		2017	2016	2017	2016	
<u>Compra de Energia Elétrica</u>						
Itapebi Geração de Energia S.A.	(a.1)	-	(36.568)	(116.280)	(419.721)	2017
Termopernambuco S/A	(a.1)	(20.628)	(18.317)	(131.025)	(132.091)	2023
Afluentes Geração Energia Elétrica S.A.	(a.1)	-	(3.140)	-	(30.907)	2027
Baguari I Geração Energia Elétrica S.A.	(a.2)	(600)	(559)	(4.902)	(4.635)	2039
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	(a.2)	-	(344)	-	(2.856)	2039
Norte Energia S.A.	(a.2)	(30.147)	(11.167)	(246.009)	(44.195)	2045
Energética Águas da Pedra	(a.2)	(2.542)	(2.367)	(20.734)	(19.633)	2040
Rio Pch I S.A.	(a.2)	-	(188)	-	(1.563)	2038
Calango 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	(122)	(119)	(1.430)	(1.337)	2033
Calango 4 Energia Renovável S/A	(a.2)	(113)	(110)	(1.326)	(1.240)	2033
Calango 5 Energia Renovável S/A	(a.2)	(120)	(117)	(1.409)	(1.317)	2033
Caetité 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	(101)	(98)	(1.184)	(1.107)	2032
Calango 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	(104)	(101)	(1.222)	(1.138)	2033
Calango 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	(122)	(119)	(1.430)	(1.337)	2033
Caetité 3 Energia Renovável S/A	(a.2)	(102)	(99)	(1.195)	(1.117)	2032
Mel 2 Energia Renovável S/A	(a.2)	(82)	(80)	(963)	(901)	2032
Arizona 1 Energia Renovável S/A	(a.2)	(110)	(107)	(1.291)	(1.198)	2032
Companhia Hidroelétrica Telespíres	(a.2)	(7.326)	(7.871)	(65.146)	(74.277)	2044
		(62.218)	(81.471)	(595.546)	(740.570)	
<u>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</u>						
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	(c)/(d)/(e)	(1.439)	(1.628)	(13.878)	(12.701)	2017 e 2027
Se Narandiba S.A.	(c)/(d)	(940)	(1.037)	(8.950)	(8.116)	2027
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.	(c)/(d)	(63)	(35)	(439)	(54)	2027
		(2.442)	(2.700)	(23.267)	(20.871)	
<u>Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)</u>						
						2020 e
Celpe	(b)	412	444	5.173	4.476	Renovação
Afluentes Geração Energia Elétrica S.A.	(b)/(e)	-	104	-	1.208	Automática
Bahia Pch I S.A.	(b)	-	73	-	846	2027
		412	621	5.173	6.530	2029
<u>Fornecimento de Energia</u>						
Itapebi Geração De Energia S.A.	(g)	57	169	914	843	
		57	169	914	843	
<u>Serviços Administrativos</u>						
Afluentes Transmissão Energ.Elétrica S.A.	(e)	(11)	(3)	-	-	2017
Amara Brasil	(f)	(1.112)	(1.077)	(2)	(7.522)	2018
Faelba	(h)	26.760	27.080	(8.921)	(2.788)	Indeterminado
		25.637	26.000	(8.923)	(10.310)	
<u>CONTROLADORES</u>						
<u>Serviços Administrativos</u>						
Neoenergia S.A	(e)	15.477	(17.566)	(7.740)	(1.319)	2018
Banco do Brasil	(j)	-	-	(5.335)	(4.377)	2018
Iberdrola Energia S/A		-	(173)	-	(558)	2017
		15.477	(17.739)	(13.075)	(6.254)	
<u>Dividendos e JSCP</u>						
Neoenergia S.A	(m)	(223.678)	(112.477)	-	-	
Outros Minoritários	(m)	(2.204)	(3.388)	-	-	
Previ - Caixa Prev. Func. Banco do Brasil	(m)	-	(2.591)	-	-	
		(225.882)	(118.456)	-	-	
<u>Empréstimos e Aplicação Financeira</u>						
BB - Banco Investimento S/A	(i)/(k)/(l)	(241.054)	(290.901)	(41.211)	(33.643)	2019 e 2021
		(241.054)	(290.901)	(41.211)	(33.643)	
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)</u>						
Neoenergia S.A	(n)	(850.000)	-	-	-	
		(850.000)	-	-	-	
TOTAL		(1.340.013)	(484.477)	(675.935)	(804.275)	
CIRCULANTE		(55.261)	(152.041)			
NÃO CIRCULANTE		(1.284.752)	(332.436)			

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL. Os contratos são corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL. Contratos corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), corrigidos anualmente: (i) através do reajuste tarifário ANEEL ou (ii) pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT), corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(e) (i) Contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pela variação do IGPM. Contratos de cessão de crédito com a Neoenergia em função da compensação do prejuízo fiscal do débito da PGFN e do PRORELIT de débitos com a Receita Federal do Brasil corrigidos mensalmente pelo IGPM pró-rata. (ii) Contrato celebrado com a Neoenergia para prestação de garantia corporativa como avalista de instrumentos financeiros com cobrança de fee por Aval.

(f) Contratos de prestação de serviços, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

(g) Contratos de fornecimento de energia, corrigidos anualmente através do reajuste tarifário ANEEL. Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Contribuições da Companhia para o fundo previdenciário dos funcionários ativos calculados sobre as remunerações mensais, revertidas: (i) As Reservas Especiais dos Planos de Benefícios autorizados pelos ofícios PREVIC nº 983 de 11/10/2017, nº 540 de 21/11/2016, nº 583 de 08/03/2016 e nº 410 de 19/02/2015; (ii) O excedente da reserva do fundo de risco; e (iii) o fundo de sobras.

(i) Contratos de empréstimo corrigidos pela taxa fixa de 9,5% a.a; e mensalmente com base no CDI, com vigência entre 2019 e 2021.

(j) Contrato de serviço de arrecadação das faturas de energia corrigido pelo IPCA.

(k) Aplicações financeiras em Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado e Certificado de Depósito Bancário (CDB).

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

(l) Contrato de aplicação em Fundos de Investimentos em Renda Fixa – BB POLO 28 .

(m) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio.

n) A Companhia celebrou contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, junto a sua Controladora Neoenergia S.A, no valor total de R\$ 850.000

Adicionalmente, a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado..

23.1. Remuneração da administração

O montante total de remuneração dos administradores da Companhia, para o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 9.807 (R\$ 8.308 em 31 de dezembro de 2016) e refere-se aos valores registrados na contabilidade pelo regime de competência, conforme detalhamento abaixo:

	(Regime de Competência)	
	2017	2016
Remuneração recorrente	3.538	3.282
Benefícios de Curto Prazo	3.371	1.658
Benefícios de Longo Prazo	1.384	1.515
Rescisões contratuais	1.513	1.853
Total	9.807	8.308

Observado o regime de caixa, a AGO, realizada em 11 de abril de 2017, aprovou o montante de até R\$ 11.138 de remuneração global anual aos administradores, como limite de remuneração a ser paga no exercício de 2017. Neste período, o montante pago foi de R\$ 7.427, conforme detalhamento abaixo:

	(Regime de Caixa)	
	2017	2016
Remuneração recorrente	3.142	3.289
Benefícios de Curto Prazo	1.860	1.658
Benefícios de Longo Prazo	912	527
Rescisões contratuais	1.513	3.814
Total	7.427	9.288

A Companhia não mantém nenhum programa de remuneração baseada em ações aos seus empregados e/ou administradores.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

24. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e de políticas internas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de hedge de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de hedge de desembolsos em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio.

Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos nem alavancados ou com propósitos especulativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

b) Gestão de risco de mercado

Risco cambial

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2017, operações de hedge cambial para a totalidade de suas dívidas em moeda e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira.

As estratégias de hedge cambial são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As estratégias de hedge de taxas de juros são descritas no item e) 'Informações complementares sobre os instrumentos derivativos'.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam preferencialmente alocadas em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e tenham como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 583.793, sendo R\$ 519.056 em fundos exclusivos e R\$ 183 em outros ativos.

Adicionalmente, a Companhia negociou a contratação de um stand-by credit facility de R\$ 100.000, em janeiro de 2017, e de R\$ 100.000, em dezembro de 2017, junto a instituições financeiras como estratégia de liquidez.

A tabela abaixo demonstra o valor total do fluxo de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2018	2019	2020	2021	2022	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:								
Empréstimos e financiamentos	4.678.712	5.692.252	2.033.283	630.058	1.641.960	437.392	230.407	719.153
Debêntures	672.270	779.133	51.369	592.916	7.729	127.118	-	-
Fornecedores	1.092.260	1.092.260	1.048.130	-	-	-	-	44.130
Passivos Financeiros derivativos:								
Swap cambial e de taxa de juros	(505.003)	(667.496)	(340.144)	40.474	(135.970)	(23.061)	(3.816)	(204.979)

d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicado pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2017.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P
Banco do Brasil	Aa1	
BNP Paribas		AA-
Bradesco	Aa1	AA-
Caixa Econômica Federal	Aa1	AA-
Citibank		AA-
Itaú	A1	AA-
Mizuho	Aaa	
Tokyo-Mitsubishi		AA-
Votorantim	Aa3	AA-

^[1] Bank of America, HSBC, JP Morgan e Sumitomo possuem ratings apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2017	2016
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	-	207.529
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	583.793	75.531
Contas a receber de clientes e outros	1.944.763	1.704.671
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	193.916	87.621
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	2.963	3.865
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	4.057.274	3.143.698

e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos, bem como nenhuma das operações contratada teve custo inicial associado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), valor justo, data de contratação, data de vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício.

(i) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2017	2016		2017	2016	2017
Swap US\$ pós vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 668.960	US\$ 576.505	2018 - 2029	(2.288.652)	(1.877.348)	(411.304)
Passivo	R\$ 1.896.564	R\$ 1.407.863		1.896.573	1.407.875	488.698
Risco de crédito				(1.735)	(1.405)	(330)
Líquido				(393.814)	(470.878)	77.064
						Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
Swap US\$ pré vs R\$ pós						
Ativo	US\$ 170.996	US\$ 138.468	2017 - 2020	(571.927)	(455.939)	(115.989)
Passivo	R\$ 541.724	R\$ 397.591		541.724	397.591	144.133
Risco de crédito				(124)	305	(429)
Líquido				(30.327)	(58.043)	27.715

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

(ii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2017	2016		2017	2016	2017
Swap EUR \$ pré vs R\$ pós						
Ativo	75.641 €	75.649 €	2018	(299.258)	(262.630)	(36.628)
Passivo	R\$ 235.143	R\$ 241.132		235.143	241.132	(5.989)
Risco de crédito				(252)	47	(299)
Líquido				(64.367)	(21.451)	(42.916)

Este programa é classificado de acordo com os critérios contábeis de *hedge accounting* e mensurado a valor justo por meio de resultado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

(iii) Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Reais indexados ao IPCA

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia pode contratar operações de swap para converter para o CDI as dívidas e empréstimos em R\$ atrelados ao IPCA. Nestes swaps, a Companhia assume posição passiva em CDI e posição ativa em IPCA.

	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo		Efeito acumulado Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2017	2016		2017	2016	2017
Swap IPCA vs CDI						
Ativo	R\$ 104.481	R\$ 100.781	2021	(117.923)	(96.752)	(21.171)
Passivo	R\$ 101.494	R\$ 101.590		101.494	101.590	(96)
Risco de crédito				(66)	4	(70)
Líquido				(16.495)	4.842	(21.337)

Tratamento contábil dos instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge accounting*, mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como segue:

- *Hedge* de valor justo: o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, com o objetivo de gestão de risco, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens por ele protegidos, assim como a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

Instrumentos financeiros derivativos que não são designados como *hedge accounting* são qualificados como *hedge* econômico, e variações no seu valor justo são contabilizadas integralmente no resultado.

f) **Análise de sensibilidade**

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: Considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: Considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	3,3080	(2.860.580)	(715.145)	(1.430.290)
Swap Ponta Ativa em Dólar		Queda do Dólar		2.860.580	715.145	1.430.290
Exposição Líquida				-	-	-
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3.9672	(299.258)	(74.815)	(149.629)
Swap Ponta Ativa em Euro		Queda do Euro		299.258	74.815	149.629
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	6,89%	556.343	11.039	(2.699)	(5.438)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	6,89%	(917.364)	(18.105)	(4.366)	(8.672)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	6,89%	(2.774.934)	(49.722)	(12.025)	(23.898)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	2,80%	(117.923)	(2.773)	(205)	(409)
Swaps IPCA x CDI (Ponta Ativa)	IPCA	Alta do IPCA	2,80%	117.923	2.773	205	409
Dívida em LIBOR 3M	LIBOR	Alta da LIBOR	1,69%	(1.405.507)	(7.420)	(1.837)	(3.666)
Swaps Libor 3M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR	1,69%	1.406.428	7.427	1.838	3.669
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR	1,84%	(882.224)	(3.783)	(938)	(1.874)
Swaps Libor 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR	1,84%	882.224	3.783	938	1.874
Dívida em SELIC	SELIC	Alta da SELIC	6,90%	(229.034)	(5.523)	(941)	(1.870)
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	7,00%	(608.127)	(13.806)	(2.661)	(5.321)

g) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Nível(*)	2017		2016	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Empréstimos e recebíveis		2.395.309	193.916	1.484.679	87.621
Caixa e equivalentes de caixa		583.793	-	75.531	-
Contas a receber de clientes e outros		1.617.600	-	1.321.527	-
Valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros	3	193.916	193.916	87.621	87.621
Mantidos até o vencimento		2.963	2.963	3.865	3.865
Títulos e valores mobiliários	2	2.963	2.963	3.865	3.865
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		512.966	512.966	803.867	803.867
Títulos e valores mobiliários (**)	2	-	-	207.529	207.529
Swap de taxa de juros	2	512.966	512.966	596.338	596.338
Disponível para venda		4.057.274	4.057.274	3.143.698	3.143.698
Concessão do Serviço Público - Indenização	3	4.057.274	4.057.274	3.143.698	3.143.698
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)					
Mensurado pelo custo amortizado		3.166.872	3.194.517	3.162.308	3.162.308
Fornecedores	2	1.092.260	1.092.260	859.907	859.907
Empréstimos e financiamentos	2	1.520.265	1.547.910	1.746.425	1.746.425
Debêntures	2	554.347	554.347	555.976	555.976
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		3.284.333	3.284.333	2.742.477	2.742.477
Empréstimos e financiamentos	2	3.158.447	3.158.447	2.594.913	2.594.913
Debêntures	2	117.923	117.923	96.752	96.752
Swap de taxa de juros	2	7.963	7.963	50.812	50.812

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

(**) A partir de Setembro de 2017, a estratégia adotada pela companhia foi aplicar seus recursos financeiros em ativos e cotas de fundo aderentes a classificação contábil de caixa e equivalentes de caixa, ativos estes com liquidez diária e classificação de curto prazo, desta forma alterando a classificação contábil dos fundos de investimentos Exclusivos de TVM para Caixa e equivalentes de Caixa. Atualmente existe uma pequena parcela classificada como TVM que contempla em sua grande maioria CDB (Certificados de Depósito Bancário) de instituições financeiras de primeira linha, com uma remuneração atrelada ao CDI e com prazo superior a 360 dias, sendo estes com finalidade de garantia de Leilão de Energia.

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo: Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo incluindo os instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (*hedge*), a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida e das pontas ativa e passiva do *swap*.

Para mensuração do valor justo das Debêntures a Companhia se utilizou do valor a curva, pois como foi apresentada baixa negociação no mercado secundário para os ativos em questão, vale ressaltar que as debêntures que tiveram negociação no mercado secundário foram negociadas com valor muito próximo a curva.

A Companhia entende que adotando a metodologia descrita acima reflete o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, a Companhia entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

25. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo para a compra de energia são como segue:

Vigência	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
De 2019 a 2030	3.395.195	3.738.771	4.089.089	4.455.139	4.861.845	49.586.763

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2017, e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

A Companhia efetuou uma análise dos compromissos de energia contratados que excedem o limite de 5% de sobrecontratação, os quais eventualmente podem não ser considerados para repasse na tarifa por serem considerados voluntários. De acordo com as projeções de demanda e estimativa de preços de mercado, os resultados observados não foram considerados significativos para suas operações.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

26. Obrigações com benefícios pós-emprego e outros benefícios

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano de Benefícios Previdenciários nº 2, na modalidade BD (Benefício Definido) e Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

Planos de Benefícios Previdenciários

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar – FAELBA, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 – (Plano CD – FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 – (Plano BD).

O Plano nº 1 – FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de pecúlio por morte e por invalidez, foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos. O plano de contribuição definida (CD) por sua característica de poupança individual, não apresenta déficit ou superávit já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes. O FAELFLEX ainda confere aos participantes, benefício de recomposição da reserva matemática nos casos de morte ou invalidez permanente, ocorridas durante a atividade laboral até os 62 anos de idade. Devido a essa peculiaridade, o FAELFLEX também é escopo de cálculos atuariais.

O Plano nº 2 – BD (benefício definido) é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e dos participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

As contribuições pagas ou provisionadas para o exercício foram as seguintes:

	2017	2016
Custo do Intangível em Curso	(2.017)	(1.663)
Despesas Operacionais	(15.927)	(10.940)
	(17.944)	(12.603)

Plano de Benefício Assistencial

A Companhia mantém um Seguro Coletivo Empresarial de Reembolso de Despesas de Assistência Médico-Hospitalar e de Assistência Odontológica para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais.

As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

Deliberação CVM nº 695 – CPC 33 – Benefícios a Empregados

A Deliberação CVM 695/12 de 13 de dezembro de 2012, em linha com os procedimentos contábeis estabelecidos no CPC 33 – Benefícios a Empregados determina o registro de um passivo quando o montante das obrigações ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, e de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro. Os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O parecer atuarial, emitido por atuário independente, considerando a situação econômico-financeira dos planos previdenciários mantidos pela FAELBA em 31 de dezembro de 2017 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº. 695, de 13 de dezembro de 2012.

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,59%	11,83%	9,93%	11,83%	10,21%	11,83%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	5,55%	7,08%	5,55%	7,08%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A	N/A	4,50%	5,50%	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%	4,50%	5,50%
Taxa de rotatividade esperada	8,73%	0,15 / (tempo de serviço + 1)	Nula	Nula	8,73%	0,15 / (tempo de serviço + 1)
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	BR-EMSsb-2015 masculina (Suavizada em 15%)	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic	AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	BR-EMSsb-2010 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina	AT-83 masculina

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós Emprego	
	CD		BD		2017	2016
	2017	2016	2017	2016		
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média	Light-média
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	N/A	N/A	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade	59 anos, conforme experiência COELBA	59 anos, conforme experiência COELBA

Análise de sensibilidade das premissas significativas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2017 e 2016 foram:

	Plano CD		Plano BD		Plano de saúde Pós Emprego	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	6.796	9.430	345.405	320.460	798.044	598.478
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	6.545	8.938	316.921	295.784	710.058	535.808
% de impacto na obrigação de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	1,92%	2,75%	4,48%	4,16%	6,14%	5,52%
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	-1,84%	-2,60%	-4,14%	-3,86%	-5,56%	-5,53%
Impacto na duração média na obrigação de benefício definido						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos	3,81	5,43	8,76	8,15	11,91	10,74
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos	3,71	5,27	8,45	7,88	11,45	11,39

Vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Benefícios de aposentadoria - BD	29.323	29.635	93.918	169.632	322.508
Benefícios de aposentadoria - CD	1.437	1.361	3.580	5.410	11.788
Benefícios de saúde pós-emprego	45.223	47.988	161.887	337.388	592.486

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no ativo, passivo, demonstração de resultado e resultado abrangente, relacionados aos planos previdenciários e assistencial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Valor reconhecido no balanço patrimonial da empresa		
Benefícios de previdência - CD	(3.906)	(5.149)
Benefícios de previdência - BD	9.950	7.332
Benefícios de saúde pós-emprego	(751.901)	(567.196)
Destinação de reserva especial com reversão de valores ao patrocinador	20.755	24.934
	(725.102)	(540.079)
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado líquidas de contribuições do empregador revertidas no ano		
Benefícios de previdência - CD	(733)	(8)
Benefícios de previdência - BD	860	357
Benefícios de saúde pós-emprego	(69.139)	(43.884)
	(69.012)	(43.535)
Redimensionamento atuariais reconhecidas no resultado abrangente no exercício		
Benefícios de previdência - CD	1.976	(3.473)
Benefícios de previdência - BD	1.759	4.160
Benefícios de saúde pós-emprego	(156.035)	(200.820)
	(152.300)	(200.133)

Os valores reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Planos de Previdência Complementar				Plano de Saúde Pós-Emprego	
	CD		BD			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Custo do serviço corrente	(1.307)	(824)	(7)	(13)	(4.161)	1.209
Custo dos juros	(547)	(157)	867	370	(64.978)	(45.094)
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.121	973	-	-	40.470	31.633
Total incluído no resultado	(733)	(8)	860	357	(28.669)	(12.252)

A mutação das obrigações de benefício pós-emprego em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Obrigações atuariais em 31/12/2015	(6.100)	(257.234)	(451.383)
Custo do serviço passado	-	-	3.796
Custo do serviço corrente	(824)	(13)	(2.587)
Custo dos juros	(727)	(32.024)	(45.094)
Contribuições pagas pelos participantes	(15)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	-	26.774	31.633
Premissas demográficas	-	-	10.266
Premissas financeiras	(573)	(28.170)	22.797
Experiência do plano	(938)	(16.995)	(136.624)
Obrigações atuariais em 31/12/2016	(9.177)	(307.662)	(567.196)
Custo do serviço corrente	(1.307)	(7)	(4.161)
Custo dos juros	(996)	(34.552)	(64.978)
Contribuições pagas pelos participantes	(18)	-	-
Benefícios pagos pelo plano	395	36.659	40.470
Premissas demográficas	2.968	(14.141)	7.168
Premissas financeiras	(114)	(21.393)	(64.767)
Experiência do plano	1.582	10.493	(98.435)
Obrigações atuariais em 31/12/2017	(6.667)	(330.603)	(751.901)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	Planos de Previdência Complementar		Plano de Saúde Pós Emprego
	CD	BD	
Valor Justo dos ativos em 31/12/2015	4.432	400.971	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	570	50.927	-
Redimensionamento atuariais	(1.962)	52.894	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	973	-	31.633
Contribuições pagas pelos participantes	15	-	-
Benefícios pagos pelo Plano	-	(26.774)	(31.633)
Valor Justo dos ativos em 31/12/2016	4.028	478.018	-
Juros sobre o valor justo dos ativos do plano	449	54.705	-
Redimensionamento atuariais	(2.459)	10.424	-
Contribuições pagas pela patrocinadora	1.121	-	40.470
Contribuições pagas pelos participantes	18	-	-
Benefícios pagos pelo Plano	(395)	(36.659)	(40.470)
Valor Justo dos ativos em 31/12/2017	2.762	506.488	-

Os ativos dos planos de benefícios estão classificados nas seguintes categorias:

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativos Administrados pela FAELBA						
	2017			2016		
	CD	BD	Total	CD	BD	Total
Renda fixa	2.418	493.750	496.168	3.557	469.119	472.676
Renda variável	303	1.954	2.257	424	1.318	1.742
Investimentos imobiliários	41	10.784	10.825	47	7.581	7.628
Total	2.762	506.488	509.250	4.028	478.018	482.046
Renda fixa	88%	98%	98%	88%	98%	98%
Renda variável	11%	0%	0%	11%	0%	0%
Investimentos imobiliários	1%	2%	2%	1%	2%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Custo esperado do plano previdenciário do benefício definido, contribuição definida e plano de saúde para 2018 são:

	Plano CD	Plano BD	Plano de Saúde
Custo do serviço corrente	(845)	(28)	(2.430)
Custo dos juros	(317)	988	(74.460)
Custo da obrigação (ORA)	-	28	-
Custo total da obrigação	(1.162)	988	(76.890)

Outros benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento profissional, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 117.624 (R\$ 75.567 em 31 de dezembro de 2016).

27. Seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Riscos Nomeados - Subestações e Usinas	08/10/2017 a 08/10/2018	584.327	1.177
Riscos Nomeados - Imóveis Próprios e Locados	08/10/2017 a 08/10/2018	96.277	194
Riscos Nomeados - Almoxarifado	08/10/2017 a 08/10/2018	200.710	404
Responsabilidade Civil Geral - Operações	08/10/2017 a 08/10/2018	10.000	2.563
Veículos	08/10/2017 a 31/05/2018	Tabela Fipe	28

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

28. Questões ambientais (*)

A Companhia pauta sua conduta pela conservação do meio ambiente e respeito à legislação ambiental, por meio de diversas ações, bem como o cumprimento de sua Política Socioambiental.

A Companhia capitaliza com parte do custo de um projeto, gastos referentes a demandas ambientais consubstanciada nas previsões regulamentares do setor de energia elétrica e exigências dos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

Em 2017, destacam-se algumas ações voltadas para a sustentabilidade e à conservação ambiental na Coelba:

- Compensação Ambiental - Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APP) com o uso de espécies nativas dos biomas Cerrado e Caatinga, como compensação ambiental dos empreendimentos da distribuidora construídos ao longo do ano; Projeto de Meliponicultura que permite a criação e o manejo da abelha urucu, de forma sustentável, em uma área remanescente de Mata Atlântica, através de cursos e oficinas de capacitação com o envolvimento das comunidades no Vale do Itamboatá, na região metropolitana de Salvador e; Projeto de Arborização Urbana no bairro Cajueiro, da cidade de Juazeiro, como forma de compensação da construção da LD 69 kV Juazeiro II-Salitre III.

- Comunicação com as partes interessadas - Folder informativo sobre aspectos e cuidados durante a construção de linhas de distribuição, para a comunidade no entorno do empreendimento.

- Rede Compacta / Linha Verde - Utilização de cabos elétricos protegidos evitando acidentes por contato com árvores, reduzindo a necessidade de poda da arborização e melhorando o desempenho do sistema elétrico;

- Gerenciamento de Resíduos - Reutilização de carretéis de madeira e reuso dos resíduos de concreto, ambos por meio da logística reversa; reforma de equipamentos do sistema elétrico e reciclagem do óleo mineral isolante dos transformadores; reciclagem de papel e do óleo residual de cozinha do restaurante da Sede; os resíduos, Classe I (perigosos) e Classe II (não perigosos) são coletados, transportados e destinados por empresas licenciadas, a fim de atender à legislação vigente.

A distribuidora realiza ainda outros projetos voltados à compensação ambiental, que se encontram inseridos em programas de investimentos, e que visam reparar, atenuar ou restaurar impactos no meio ambiente, provenientes de empreendimentos da empresa.

Destacamos abaixo os recursos aplicados, de modo a atender a seus compromissos ambientais.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Ativo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016
Recursos aplicados	140.462	55.208	41.763	38.934

* Informações não auditadas

29. Evento subsequente

As seguintes captações de dívida (incluindo novas liberações de contratos existentes) ocorreram desde 1º de janeiro de 2018 até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, no montante total de R\$ 416.696.

Empréstimos								
	Início da Operação	Vencimento	Financiadores	Encargos Financeiros Anuais - %	Swap Contraparte	Taxa do Swap Contratado	Moeda do contrato	Valor Captado (R\$ mil)
Novos Contratos								
	03/01/2018	21/06/2021	Bank of Tokyo	USD + 2.7050% (03/01/18 até 21/12/2018 excl.) USD + 2.8050% (21/12/2018 até 21/06/2021)	Bank of Tokyo	114,90% CDI	USD	179.833
Nova liberação de contratos já existentes								
	23/01/2018	23/01/2030	European Investment Bank	USD +0,7690%	Bank of America	102,89%	USD	236.863